

SINDXEF-SP

FILIADO A

CSP
Coletivos
E A
COISSEF

em defesa do MEIO AMBIENTE

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Por uma questão de sobrevivência, é preciso combater a destruição ambiental

De forma cada vez mais acelerada, para garantir o lucro a qualquer custo, o uso irracional dos recursos naturais tem provocado a destruição do meio ambiente. A exploração capitalista se move tão rápido que não acompanha a recuperação da natureza. O resultado tem sido a contaminação do solo, do ar e da água, a devastação de florestas, catástrofes causadas por mudanças climáticas e o esgotamento dos recursos necessários à sobrevivência humana e de diversas espécies.

Crise da água em SP: a culpa é do Alckmin!

A crise da água em São Paulo é um exemplo de consequência do desrespeito ao meio ambiente provocado pelo produtivismo e economicismo capitalista, somado à evidente falta de planejamento econômico para garantir a racionalização da exploração da água.

Como no caso das catástrofes ambientais em que a natureza é responsabilizada, sem levar em conta o planejamento do uso dos seus recursos e seus efeitos no meio ambiente, o governo culpa o tempo. A justificativa é que a crise de abastecimento ocorre numa das piores estiagens já registrada no estado, o que não chega a ser uma mentira, entretanto, uma desculpa esfarrapada. O estado foi castigado com a falta de chuva, mas também faltou investimento e sobrou lucro para os acionistas internacionais (boa parte das

ações da Sabesp são negociadas na bolsa de Nova York).

O documento que dá o direito de uso da água dos rios, chamado outorga, do Sistema Cantareira, de 2004, trazia uma exigência da apresentação de projetos, por parte da Sabesp, para a redução da dependência do sistema. 10 anos depois, passada a data de vencimento da outorga (em agosto), nada foi feito. Sem contar que aproximadamente 30% do volume de água tratada produzida perde-se em vazamentos na rede, segundo relatórios da própria Sabesp.

O investimento previsto de R\$6,1 bilhões em redução de perdas num período de 11 anos é menor do que o lucro líquido da Sabesp dos últimos 4 anos, que soma R\$ 6,67 bilhões, e 70% do valor investido em infraestrutura no abastecimento nos últimos 19 anos! De



Moradores das zonas sul e oeste sofrem as consequências do problema em adutora

acordo com Dilma Pena, presidente da companhia, desde 1995, o investimento foi de R\$ 9,3 bilhões na Região Metropolitana de São Paulo.

O lucro proveniente das tarifas que a população paga não é investido em in-

fraestrutura de abastecimento de água e coleta de esgoto – o que possibilitaria um sistema de saneamento de qualidade, com distribuição de água tratada e serviço de coleta e tratamento de esgoto para 100% da população.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), em um estudo sobre os efeitos das mudanças climáticas para América Latina e Caribe, diz que estas se manifestam em um aumento gradual, mas constante de temperatura, em modificações nos padrões de precipitação, elevação do nível do mar, na redução da criosfera e na modificação dos padrões dos eventos extremos. E que, embora o continente contribua com pequena parte das emissões dos gases de efeito estufa, as consequências das transformações climáticas serão significativas. Isso mostra que tanto no mundo,

como no interior dos países a maior contribuição para o desequilíbrio ambiental vem dos ricos, no entanto, as maiores consequências sofrem os pobres.

De acordo com o mesmo estudo, o número de pessoas atingidas pelas catástrofes passou de 05 milhões na década de 70 para 40 milhões na última década.

O estudo também cita as doenças, que devido às mudanças climáticas, podem ter sua amplitude geográfica aumentada em função do aumento vetorial da transmissão como febre amarela, dengue e malária.

Lixo, combustíveis e seus efeitos no meio ambiente

O mesmo relatório do PNUMA diz que os responsáveis pelas mudanças climáticas são o maior uso dos combustíveis fósseis (gasolina), a mudança de uso do solo, a agricultura e a disposição dos resíduos sólidos (lixo).

No capitalismo, os investimentos são para as técnicas e tecnologias que permitam que o capital possa obter lucros cada vez maiores e mais rápidos. Por isso, foi criada a chamada “obsolescência programada dos produtos”, que reduz

a vida útil das mercadorias. Por exemplo, cada ano que passa as pessoas compram celulares novos e jogam fora os velhos, assim, garantem o lucro capitalista e, sem intenção, prejudicam o meio ambiente.

Para o futuro imediato, ou seja, para os próximos 40 anos as previsões são catastróficas. O PNUMA diz que haverá aumento na intensidade dos furacões, secas em algumas áreas e aumento das chuvas em outras, ondas de calor e um longo etc...

BRASIL E MEIO AMBIENTE

A demanda cada vez maior por matérias primas provocou a expansão da exploração da mineração e das monoculturas de soja, cana de açúcar, eucaliptos etc. O agronegócio avançou por todo o Cerrado e está se expandindo cada vez mais para a Amazônia.

O agronegócio é responsável pelo monocultivo, prioriza o uso de máquinas industriais, possui práticas e técnicas agressoras ao meio ambiente, visa lucro como princípio, produz commodi-

ties para entregar para as empresas transnacionais exportarem e concentra a renda.

O avanço desse modo de produção fez com que o Brasil, desde 2008, se tornasse o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Até mesmo venenos banidos em outros países são utilizados impunemente pelos ruralistas brasileiros. Como consequência, os alimentos, a água e o solo são afetados por substâncias químicas maléficas à saúde humana.



🌿 O veneno está na mesa

Hoje, o Brasil opera mais de 400 tipos de agrotóxicos registrados, uma tecnologia proveniente da indústria da guerra, que tem entre os principais nomes a alemã Bayer e a estadunidense Monsanto. Inclusive, com estímulo governamental de 60% de isenção fiscal do ICMS, do COFIN, do

PIS-PASEP e do IPI. Em determinados estados, a isenção chega a 100%.

Alguns agrotóxicos já foram proibidos pela Anvisa, mas passam por sucessivas petições, embargos etc, terminando na mesa dos consumidores. É o caso do metamidofó (princípio ativo nas lavouras de soja, bata-

ta, trigo, feijão e algodão), que foi proibido nos EUA e China, em toda comunidade europeia e países africanos. Ele atinge o sistema nervoso central, causa lapso de memória, prejuízos aos movimentos de crianças, reduz imunidade no organismo, causa câncer, desequilíbrio hormonal,

complicação em embriões nas gestantes, entre tantos outros problemas.

De acordo com o documentário "O Veneno Está na Mesa", cada brasileiro consome em média 5,2 litros de agrotóxicos por ano. Não é de se estranhar o aumento de inúmeras doenças.

Mercantilização da natureza

A mercantilização da natureza no nosso país se dá principalmente através de projetos de Créditos de Carbono, chamados de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD). Os créditos são negociados nas Bolsas de Valores e entre empresas que, por meio de sua compra, adquirem permissão para poluírem. Ou seja, sob o capitalismo a "sustentabilidade" tornou-se mais uma forma de especulação financeira.

O mais grave é que estes projetos impõem uma série de proibições aos moradores da floresta, oferecendo em troca o pagamento miserável da "Bolsa Verde", em média de R\$ 100 mensais, que acaba impedindo as práticas tradicionais realizadas por aqueles que nunca representaram qualquer tipo de ameaça ao meio ambiente.

Por incrível que pareça, o desrespeito ao meio ambiente brasileiro só se agravou quando Marina Silva, do Partido Verde (PV) à época, foi ministra do Meio Ambiente do governo Dilma (PT). Marina procurou favorecer o "mercado verde". Criou a lei de ges-



Charge no Jornal da Ciência - Edição 747

tão de florestas públicas que permite a privatização das florestas, colocadas a mercê da ação "sustentável" de madeireiras, indústrias farmacêuticas e da biopirataria. Também assinou a lei que liberou o uso dos transgênicos.

A expansão da fronteira agrícola é estimulada por uma série de medidas desenvolvidas a partir do Estado brasileiro. Entre elas, flexibilização no Código Florestal, construção de redes viárias para ligar a produção aos portos; investimentos na produção de energia para ampliar a produção de matérias primas (a hidrelétrica de Belo Monte, na Amazônia, é bom exemplo); diminuição das Unidades de Conservação e das terras indígenas.

Destruição do meio ambiente e o extermínio de comunidades

🌿 Violência no campo

A violência no campo é a face mais cruel do agronegócio. Muitos conflitos no campo têm a ver com esse tipo de produção.

O Caderno de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra de 2013, lançado em 2014, destaca que a Amazônia se mantém como o principal palco dos conflitos. Nela se concentram 20 dos 34 assassinatos registrados contra trabalhadores, 174 das 241 pessoas ameaçadas de morte, 63 dos 143 presos, e 120 dos 243 agredidos no país.

O mais alarmante dos dados de 2013 é que 15

dos 34 assassinatos registrados são de indígenas. São também indígenas 10 das 15 vítimas de tentativas de assassinato, e 33 das 241 pessoas ameaçadas de morte. Isso reflete o genocídio desses povos.

Outro destaque de 2013 é o crescimento expressivo do número de conflitos pela água. 32% a mais que em 2012.

Além da relação com a violência física propriamente dita, a exploração irresponsável dos recursos naturais causa também a morte ao provocar o desequilíbrio ambiental. Estudos sobre os efeitos das mudanças climáticas apontam números que tratam de perdas de vidas humanas e, em sua maioria, daquelas pessoas já condenadas a uma situação precária, marginalizadas, que não têm possibilidade de escolher onde morar, o que vestir ou o que comer.



Código Florestal – Dilma concordou com tudo

A aprovação do Novo Código Florestal foi o maior ataque dos últimos anos ao meio ambiente brasileiro. Sua aprovação contou com a ajuda do governo petista. Um jornalista do O Globo flagrou a senadora líder da bancada ruralista, Kátia Abreu, conversando empolgada com seus colegas ruralistas: “Conseguimos tudo o que a gente queria. Dilmão concordou com tudo”.

O projeto contém a essência dos ataques como a permissão a novos desmatamentos e a anistia a quem desmatou ilegalmente. O novo código flexibiliza a legislação ambiental para fortalecimento do agronegócio e, assim, avançar na conversão do

país em uma semicolônia, produtora e exportadora de matérias-primas.

Segundo o jornal Folha de São Paulo, pelo menos 50 parlamentares que participaram das discussões do projeto e da votação, receberam em suas campanhas eleitorais pelo menos R\$ 15 milhões das grandes empresas do agronegócio. É o velho ditado popular de “quem paga a banda escolhe a música”.

No total, as empresas foram auxiliadas pelo Ibama num total de R\$ 1,6 milhão por irregularidades como destruir vegetação nativa, áreas de preservação permanente, e consumir carvão de mata nativa.

Uma versão alterada do Pro-

jeito de Lei, ainda mais favorável aos ruralistas, foi aprovada no dia 25/04/2012 pela Câmara. No mês seguinte, a presidenta Dilma Rousseff vetou 12 pontos da lei e propôs a alteração de outros 32 artigos. Ainda assim, permaneceu a essência do projeto e os movimentos sociais mantiveram a palavra de ordem “Veta Dilma”, pedindo o veto integral ao Novo Código.

Sancionado, o novo código ainda pode resultar em novas tragédias, como o aumento de desmoronamento de encostas em épocas de chuvas, assoreamento de rios, destruição da biodiversidade e no aumento da violência no campo.



O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SERIA A SOLUÇÃO PARA O FUTURO?

A insustentável solução neoliberal

Desde o final dos anos 60, abriu-se uma forte discussão sobre a problemática ambiental e as medidas para sua solução. O relatório do Clube de Roma e a Conferência de Estocolmo, ambos de 1972, defenderam que se deveria limitar o crescimento econômico. Em 1973, o diretor de meio ambiente das Organizações das Nações Unidas (ONU), Maurice Strong, apresentou o conceito de “eco-desenvolvimento” que subsidiou a elaboração das propostas de desenvolvimento sustentável: crescimento econômico com preservação ambiental e solidariedade entre os países.

Outros encontros mundiais foram realizados, como o Eco 92, no Rio de Janeiro, e documentos assinados: o relatório de

Brundtland da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Protocolo de Kyoto para redução da emissão de gases poluentes. As propostas são tão insuficientes para resolver o desequilíbrio ecológico mundial e pior o protocolo sequer foi aceito pelos Estados Unidos, nação responsável por grande parte da devastação e pela emissão de 69% de gases do efeito estufa de todo o planeta.

As propostas de soluções do Banco Mundial e dos governos para a crise do meio ambiente levam ao crescimento da mercantilização da natureza. A maioria das ONGs segue por essa via ao estimular “o consumo consciente” de produtos com selos de certificação. Dessa forma, responsabilizam o indivíduo e não o sistema capitalista pela destruição ambiental.

A realidade é que não é a humanidade que destrói a natureza, mas sim os ruralistas, latifundiários e aliados políticos e econômicos que saqueiam o meio ambiente e seu principal componente, o trabalhador.

Fica a questão: é possível haver desenvolvimento sustentável no capitalismo? E solidariedade verdadeira entre países imperialistas e subdesenvolvidos? O caso da Amazônia responde estas questões.

Amazônia

Al Gore, ex-vice-presidente dos EUA, certa vez disse: “ao contrário do que pensam os brasileiros, a Amazônia pertence a todos nós”.

A afirmação não é à toa. Produtos exportados para abastecer o mercado mundial são frutos das atividades relacionadas à pecuária, soja e às madeireiras na Amazônia. Justamente as atividades que mais desmatam. A soja, por exemplo, plantada no norte do Mato Grosso e no sul do Pará por meio da devastação da Amazônia serve de ração para o gado confinado dos países da Europa ditos ecologicamente corretos.

Uma área maior que a França já foi derrubada na Amazônia, o que leva alguns cientistas a afirmar que a floresta pode desaparecer em 30 ou 40 anos. Entre 2008 e 2009, a floresta perdeu pelo menos 49 mil quilômetros quadrados de áreas protegidas por causa da extinção e redução de unidades de conservação (UCs), de acordo com o Imazon (Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia).

As grandes multinacionais da mineração estão explorando em

ritmo assustador as imensas reservas minerais da região e os principais laboratórios farmacêuticos mundiais extraem a biodiversidade amazônica para produzir seus produtos.

Enquanto isso, o governo do PT continua apoiando financeiramente o agronegócio, as multinacionais mineradoras, além de ceder a todo tipo de pressão da bancada ruralista no Congresso Nacional. A construção das hidrelétricas para garantir o desenvolvimento das atividades, em detrimento ao extermínio de comunidades indígenas, são exemplos disso.

MINERAÇÃO - O setor de mineração, além de ser beneficiado, através da Lei Kandir, com a isenção de impostos quando se trata da produção voltada para exportação, teve como incentivo para crescimento a construção de hidrelétricas. Além da polêmica Belo Monte, há um projeto para construção de mais cinco hidrelétricas no rio Tapajós. Essas obras causam danos irreversíveis ao meio ambiente e às comunidades ribeirinhas, especialmente indígenas.



Foto extraída do Google

O CAPITALISMO É INCOMPATÍVEL COM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nas conferências internacionais sobre o meio ambiente temos visto prevalecer os interesses dos detentores do capital, representados por governos como o de Dilma. No discurso, eles defendem a proteção dos recursos naturais, mas na prática definem políticas que tem como objetivo impulsionar o modelo econômico atual em detrimento à vida.

A crise econômica mundial desnudou ainda mais o modo de produção capitalista. Segundo um estudo do governo britânico, seriam necessários US\$ 540 bilhões para controlar a emissão dos gases que produzem o efeito estufa. Se por um lado os governos imperialistas negam esse investimento, injetam trilhões todos os anos para salvar empresas e bancos.

Em defesa dos nossos recursos naturais

A catástrofe ambiental não será detida por propostas de um “capitalismo ecológico” por meio do “desenvolvimento sustentável”. O sistema não pode superar a crise que provocou, porque isso significaria colocar limites à acumulação capitalista. Para deter a destruição dos recursos naturais, é preciso discutir um programa de sociedade em defesa do meio ambiente.

A maior ameaça ao meio ambiente, em particular à Amazônia, são os

grandes projetos do governo em favor das multinacionais e do agronegócio, que nada servem ao povo. É preciso impedir a construção de outras hidroelétricas na região, por fim à Lei Kandir e impedir a biopirataria, revogando a lei de patentes.

Portanto, é preciso impedir o domínio das multinacionais sobre nossos recursos naturais. Para isso, faz-se necessária a criação de um monopólio estatal sobre a exploração econômica dos recursos florestais e minerais.

Agricultura familiar, sim! Agronegócio, não!

Ao invés de priorizar o agronegócio, o Estado deveria priorizar o setor que garante a alimentação do povo. Somente no Brasil, a agricultura familiar, praticada e reivindicada pelos movimentos do campo, é responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos pela população.

A agricultura familiar fundamenta-se na policultura, baseia-se majoritariamente na agroecologia, utiliza pequenas máquinas e fixa a mão-de-obra no campo, produz alimentos saudáveis, prioriza modelos de cooperativas, a Conab e o mercado interno, distribui renda entre todos peque-

nos agricultores, que são verdadeiros camponeses, pois moram onde trabalham.

A defesa desse tipo de modo de produção alimentar está vinculada à luta pela reforma agrária, pelo fim do latifúndio e contra o agronegócio por toda sua incompatibilidade com o respeito ao meio ambiente, aos trabalhadores e sua saúde. A reforma agrária deve ser uma prioridade do governo, com a obtenção de mais terras para assentamentos e ampliação dos programas de apoio técnico e de financiamento da agricultura familiar.

Os recursos públicos hoje voltados para o agronegócio devem ser alocados prioritariamente para garantir soberania alimentar dos brasileiros e não a exportação de grãos, o lucro das multinacionais e as mamatas dos ruralistas.

Reforma Agrária, urgente e necessária!

Porque se o campo não planta, a cidade não come!



Foto: Maira Irigaray - Amazon Watch

Não à privatização da natureza! Em defesa dos povos da floresta!

A proteção das florestas depende principalmente de quem precisa dela pra sobreviver, como é o caso dos indígenas e das comunidades tradicionais, que vivem sob a mira dos ruralistas. Em defesa dos povos das florestas, é preciso dizer não à PEC 215, que pretende transferir do Executivo para o Congresso Nacional a demarcação e homologação de terras indígenas e quilombolas do país.

Pelo fim do capitalismo!

A esperança de mudanças reais e concretas para modificar essa situação está depositada nos trabalhadores, que são os únicos que podem substituir o capitalismo por outro sistema que realmente garanta o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento econômico e social com condição digna de vida para todos, respeitando os limites dos recursos naturais só pode ser garantido por aqueles, que dentro do país e em nível internacional, sofrem com a perda de vidas, fome, falta de água e de moradia provocados pela destruição do meio ambiente e uso irresponsável dos recursos naturais.

Não basta defender a preservação sem ter claro que as questões ambientais só podem ser verdadeiramente compreendidas no plano da luta de classes e antiimperialista. As reformas parciais são totalmente insuficientes.

Somente uma nova sociedade, baseada na propriedade social dos meios de produção, no respeito aos limites da



natureza, no planejamento econômico que garanta a racionalização da exploração dos recursos do planeta, poderá pôr fim a crise do meio ambiente e sua destruição.

Lutar pelo fim do capitalismo é a única chance de salvar o meio ambiente e a vida humana.